

UMA ESCOLA DE PINTURA PORTUGUESA

Ao falar-se da Escola Primitiva de Pintura Portuguesa, e nomeadamente da escola de Viseu, cidade que, evidentemente, foi um centro artístico de reconhecido valor, na primeira metade do século XVI, um nome aparece, ocupando um lugar de destaque na história da Arte em Portugal: — Vasco Fernandes — mais geralmente conhecido por «Grão-Vasco».

Grão-Vasco é um nome popular. É um nome eufónico. Sôa bem. Mas, á sua volta, estabelece-se uma grande confusão. Durante um longo período de tempo, até meados do século XIX, todos ou quasi todos os quadros pintados a oleo sobre madeira, que existiam em Portugal, eram atribuídos a Grão-Vasco! Dai a confusão, e até, naturalmente, a duvida!

Pois quê? Seria possível que um só homem tivesse pintado tantos quadros? Com efeito seria preciso que Grão-Vasco tivesse vivido mais de 150 anos e que fosse um Proteu, cuja maneira muda dez vezes, como disse o grande critico francês Emile Bertaux — para que ele pudesse ser o autor de uma tão grande série de quadros Primitivos, como a que existe ainda hoje em Portugal, nomeadamente em Evora, Beja, Setubal, Lisboa, Torres Vedras, Tomar, Coimbra, Viseu, S. João de Tarouca, Lamego e Porto.

Como digo, a confusão e até a duvida que se chegou a estabelecer em volta do nome de Grão-Vasco, considerando-o como um mito, como o classificou Rakzinski, ou como uma figura lendaria, como o classificou, ainda não ha muitos anos, o falecido e conceituado professor e grande desenhista, João Antonio Correia, que foi director da Academia de Belas Artes do Porto, — foi devida, essa duvida, ao facto de no fim do século XVII e no 1.º terço do século XVIII se começar a atribuir de uma maneira geral a Grão-Vasco todos os quadros primitivos portugueses do século XVI, incluindo-se, até, nessa mesma designação, os quadros vindos da Flandres, nos reinados de D. Manuel e de D. João III.

Guarienti, italiano e director da Galeria de Dresden, que esteve em Portugal de 1733 a 1736, concorreu muito para essa classificação, ou, melhor dizendo, para essa confusão.

Na época da sua estada no nosso país, o gosto pelas colecções de arte era geral, sobretudo entre as familias nobres, que recebiam então uma educação literaria muito cuidada, não sendo porém de estranhar que, apesar disso, o seu gosto não igualasse os seus conhecimentos de Arte.

Entregavam-se nas mãos de Guarienti, que limpava e restaurava, quando não estragava, os quadros,

a Grão-Vasco, a mais justas e rasoaveis proporções.

Ainda a este proposito o grande critico e mestre Joaquim de Vasconcelos, uma das maiores sumidades artisticas do nosso país, escreveu na «Arte e Natureza em Portugal», na parte referente a Viseu, o seguinte:

— «Na Sala do Capitulo vêem-se outros 14 quadros de tamanho mediano que nenhuma afinidade apresentam com a série da sacristia e são mesmo anteriores em estilo e em data. Tudo isso é metido no mesmo sacco do Grão-Vasco, que tem, pelo visto, appetite para devorar quanto quadro ha em Viseu e seu distrito. Confundem-se datas e estilos e gerações inteiras de artistas».

A'parte a frase um tanto irreverente do — appetite devorador — isto está muito certo. Devo esclarecer que os 14 quadros a que Joaquim de Vasconcelos se refere, e que ao tempo estavam na Sala do Capitulo da Sé de Viseu, é a série do retabulo, do altarmór da mesma Sé, hoje incorporados no museu de Grão-Vasco e atribuídos a Jorge Afonso. Os da série, ao tempo, tambem, na sacristia, são os grandes painéis de Grão-Vasco, da mesma forma incorporados no museu que tem o seu nome.

Mas se, pelos trabalhos de Rakzinski, Justi e Robinson, este ultimo que esteve em Portugal depois de Rakzinski todos três concordavam, pelo exame feito aos quadros, que não podiam ser todos da mesma mão, o certo é que tanta Rakzinski como Robinson concorreram para baralhar, e demorar, portanto, a identificação de Vasco Fernandes. Como lhes disse, Rakzinski, ao principio, não acreditava em Grão-Vasco, enquanto a sua opinião se baseava nas informações que lhe eram fornecidas, principalmente pelo Viscondé de Juromenha.

Mas uma vez chegado a Viseu sendo-lhe facultada por Oliveira Berrardo uma certidão de baptismo existente no arquivo da Sé, pela que constava que em 1552, aos 11 de setembro, fôra baptizado na Sé de Viseu, Vasco, filho de Francisco Fernandes, pintor, e de sua mulher Mari Henriques, — Rakzinski fica radiante bate as mãos de contente, e por ta forma que a sua primeira carta escrita de Viseu, datada de 28 de julho, (que é a 16.ª do seu volume — «Les Arts en Portugal» — começa por esta frase, frase consagrada do nosso D. do G.: Fica revogada toda a legislação em contrario (escrita na propria lingua portuguesa) acrescentando depois — «quere dizer, revogo tudo quanto tenho dito acerca de Grão-Vasco e que está em contradição com o que vai ler-se». E toda a carta se funda nesta hipotese, erradissima, pois que se Grão-Vasco tivesse nascido em 1552, não poderia ter começado a pintar pelo menos antes de 1572, entrando mesmo, pelo periodo da dominação espanhola, época de geral decadencia, para as Artes e para as Letras em Portugal.

ALMEIDA MOREIRA.



«O Presepio», de Jorge Afonso, um dos calorze quadros que formam o retabulo da Sé de Viseu

não só das colecções particulares, mas tambem os das igrejas, classificando-os como Grão-Vasco, admitindo, que o pintor que gosava do qualificativo de «grande», devia ser, justificadamente, o autor de tanta obra prima.

Esta opinião era geralmente e facilmente aceite pelos proprietarios dos quadros que não sabiam a quem atribui-los, espalhando-se com tanta mais rapidez quanto é certo que o numero dos quadros primitivos, de que se não conheciam os autores, era consideravel. *

O conde polaco Rakzinski, primeiro, nas suas cartas dirigidas á Academia de Berlin, de 1843 a 1845, época em que esteve em Portugal, e Justi, depois, reduziram a vasta obra atribuída

Um S. Miguel martirizado pelos infieis

e uma virgem que sofre de lepra

O sr. dr. José de Figueiredo, com a sua alta competência e com a autoridade do seu nome, que lhe provêm por ser, entre outras razões, o descobridor e identificador de tantas pinturas primitivas portuguesas, e até estrangeiras—além de lhe caber a iniciativa da lei de protecção artistica—disse, num artigo publicado ha pouco tempo no «Diario de Noticias», e a proposito da decapitação da virgem da Vitoria, de Soares dos Reis, quais os remedios a empregar contra os males de tal natureza: um inventario do nosso patrimonio artistico e o desenvolvimento da cultura artistica em Portugal.

Evidentemente que para a applicação do primeiro remedio são indispensáveis pessoas competentes.

Mas será necessario que, para atalhar o mal, estejamos á espera que os conservadores de Museu iniciem e completem o seu estagio no Museu Nacional de Arte Antiga? Claramente que não.

E o proprio sr. dr. José de Figueiredo o reconhece quando diz: «Mas até lá alguma coisa se pode fazer».

Se para atalhar uma epidemia alarmante é preciso estar á espera que os medicos se formem, mal estão as pessoas atacadas...

Para já, pergunto eu, não haverá, por exemplo, entre todos os antigos vogais auxiliares e correspondentes dos três extintos Conselhos de Arte e Archeologia pessoas competentes, devotadamente apaixonadas pela salvação do nosso patrimonio artistico, capazes de bem desempenhar aquelas funções?

E' que o mal alastra pavorosamente! E' uma verdadeira epidemia que requiere immediato remedio e este é, para já, só um: o inventario.

Porque o outro, o ensino, a cultura necessaria para que o *desamor* pelas coisas de Arte se torne em *amor* e não se pratiquem não só vandalismos, mas tambem se evitem as manifestações de mau gosto que se notam na maior parte dos nossos templos, alguns dos quais estão classificados monumentos nacionais—esse é muito demorado.

A proposito desse *desamor* e das manifestações de mau gosto, como são os casos da Batalha e da Igreja de S. Domingos, o se-

nhor doutor José de Figueiredo só citou mais o caso (que é unico no mundo!) de S. João de Tarouca.

E quantos mais ele não poderia citar, se quizesse!

Quantos mais não ha! Mesmo, sem sair de S. João de Tarouca, que eu todos os anos visito, não é só o painel de «S. Pedro» que está a ser *assassinado*, hora a hora, como muito bem diz o illustre director do Museu das Janelas Verdes.

Num altar em frente, «S. Miguel», até ha pouco tempo, estava sendo martirizado com duas grandes letras S. M. de arame revestido de flores de papel de cores berantes, directamente pregadas no corpo do Santo genialmente figurado no painel quinzentista.

E o delicioso poliptico da Virgem, attribuido a Gaspar Vaz, todo ele sofre de *lepra*: as camadas de tinta caem, deixando a descoberto o preparo branco sobre a madeira, como bem se vê nas fotografias que junto, feitas já ha muitos anos pelo artista Marques de Abreu.

Desde 1911 que conheço estes casos, ano a ano, dia a dia agravados; e, no entanto, aqueles a quem competia facilitar a sua salvação (só facilitar) continuam, decorridos mais de 20 anos, renitentes a tal ideia, por um capricho incompreensivel, explicavel apenas pela sua incultura artistica, aliada a uma insensibilidade de cimento armado.

Preferem que essas obras-primas morram ingloriamente desfeitas, a que saiam do lugar improprio em que se encontram para serem salvas!

Em 15 de agosto de 1916, pleno verão, visitando S. João de Tarouca com José Relvas e Raul Lino, fomos encontrar o retabulo de «S. Pedro» cheio de bolor!

Este caso de S. João de Tarouca precisa de ser olhado como o mais grave atentado artistico de Portugal: urge uma immediata intervenção por parte das estações superiores.

Mas outros casos ha, tambem, do meu conhecimento.

Em certa igreja da Beira os seus altares laterais estavam ornamentados com paineis primitivos, de pintura magnifica. Mas como

as figuras já estivessem um pouco gastas, as pessoas que superintendem no arranjo da referida igreja não estiveram com meias medidas: mandaram pintar de azul celeste todos os paineis, sobre os quais, depois, colaram estrelas recortadas de papel dourado!

E assim se transformaram quadros primitivos de boa pintura portuguesa em maravilhosos ceus estrelados!

Na igreja matriz duma pitoresca e historica villa da Beira, berço de heróis, o pavimento, que estava povoado de pedras tumulares brasonadas, foi inconscientemente (para não dizer estupidamente) alisado a cimento!

Numa freguesia perto dessa villa uma cruz processional, do seculo XII, ornamentada com esmaltes de Limoges, é vendida por 100 escudos!

Na catedral de Vizeu—românico-gótica—os degraus dos altares estão cobertos de oleado de sala de jantar de pensão familiar, e ao longo do pavimento do altar-mór, entre os cadeirais de talha de madeira do Brasil (obra dos fins do seculo XVII) corre tambem uma passadeira de oleado de ramagens flamantes, com ramificações laterais em forma de cruz!

E quantas decapitações e mutilações de cabeças de imagens goticas não têm, por imposição, feito Mestre Cristovão—o imaginario ali da Porta do Soar—para lhes meter olhos de vidro, para «lhes dar vida», como dizem os mandatarios, quer elas sejam de pedra de Ançã ou de madeira, revestidas de um ingenio encanto, embora de artistas anónimos!

E quantas imagens não têm sido enterradas nos adros das igrejas pelo simples capricho de não terem «aspecto divino!».

Duas já eu desenterrei e podem hoje ver-se no Museu de Grão-Vasco: duas grandes imagens de barro, representando S. Francisco das Chagas e S. Jeronimo, provavelmente da autoria de algum ceramista da região, e que estiveram enterradas mais de 20 anos!

Seria um nunca acabar de citações de atentados artisticos provenientes do mau gosto e da incultura.

* * *

Mas ainda ha outra manifestação da doença: é a que se dá com a saída do nosso patrimonio artistico para o estrangeiro, de preferencia os brocados, os veludos de seda dos seculos XVI e XVII, palios e paramentos de veludo lavrado, tapetes persas, serviços de louça da India, pelos quais agora ha grande predilecção no estrangeiro, etc. E tudo isto sai habilidosamente de Portugal, apesar da lei de protecção artistica publicada logo depois de 5 de outubro de 1910 pelo Governo Provisorio, e na qual colaborou activamente o senhor doutor José de Figueiredo.

E' pois da maior urgencia que se faça um inventario artistico, estudando-se a maneira mais pratica de o realizar, e que sejam dadas ordens terminantes pelas estações superiores para que se proceda á salvação das obras primas do nosso patrimonio artistico mais em perigo.

